



CONTRATO Nº 004/2015 QUE ENTRE SI CELEBRAM O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO NORTE DE MINAS GERAIS – CAMPUS JANUÁRIA E A EMPRESA SK TECNOLOGIA LTDA., REFERENTE AO FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, MEDIANTE AS CLÁUSULAS SEGUINTE.

PROCESSO nº 23393.000189/2014-73

O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO NORTE DE MINAS GERAIS – CAMPUS JANUÁRIA, com sede na Fazenda São Geraldo, s/n, Estrada de Januária, km 06, bairro Bom Jardim – CEP 39480-000, na cidade de Januária/MG, inscrito no CNPJ sob o nº 10.727.655/0003-81, neste ato representado pelo seu Diretor-Geral, Prof. Cláudio Roberto Ferreira Mont'Alvão, inscrito no CPF nº 572.883.807-34, portador da Carteira de Identidade nº 30.949.00-5 SSP/PR, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa **SK TECNOLOGIA LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.820.167/0001-97, sediada na Rua Humberto I, nº 236 – Conjunto 22 – Vila Mariana – São Paulo – SP – CEP 04018030, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Fabian Bonaldo Alves, portador da Carteira de Identidade nº 22.865.523-7, expedida pela SSP/SP, e CPF nº 172.678.428-28, tendo em vista o que consta no Processo nº 23393.000189/2014-73 e, em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº 017/2014, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a **aquisição de equipamentos de informática**, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

1.2. Discriminação do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
19	Computador Workstation, conforme descrição detalhada no Anexo I. Lenovo ThinkStation-E-32. Entrega:10 unidades em Januária – MG / 20 unidades na Reitoria em Montes Claros – MG	UNID	30	4.950,00	148.500,00

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é da data de sua assinatura até 19/08/2015.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor total do presente Termo de Contrato é de R\$ 148.500,00 (cento e quarenta e oito mil e quinhentos reais).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2014, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 26410 / 158378

Fonte: 0112000000

Programa de Trabalho: 062340

Elemento de Despesa: 449052-35

Nota de Empenho: 2014NE800584

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado.

5.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

5.3. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada e depois de verificada a regularidade fiscal do contratado, ressalvado o disposto abaixo.

5.4. Antes de cada pagamento, será verificada a regularidade fiscal e trabalhista da contratada. Em caso de irregularidade, o Departamento de Orçamento e Finanças aplicará as normas vigentes quanto ao pagamento e serão tomadas ainda as seguintes providências:

5.4.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias,

regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

5.4.2. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.4.3. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

5.4.4. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

5.4.5. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.

5.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

5.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.7. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.7.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

5.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data do vencimento e o

efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I = $\frac{6}{100}$	I = 0,00016438
	365	TX = Percentual da taxa anual = 6%.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. O preço contratado é fixo e irrevogável.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência, transcrito no Anexo I deste contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - FISCALIZAÇÃO

8.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência, transcrito no Anexo I deste contrato.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, transcrito no Anexo I deste contrato.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, transcrito no Anexo I deste contrato.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurado-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993. Em caso de rescisão administrativa ficam assegurados ao IFNMG – Campus Januária, dentre outros, os seguintes direitos, sem prejuízo das sanções aplicáveis à Contratada:

- I. Assumir de imediato o objeto do contrato, no estado e no local em que se encontrar;
- II. Ocupar e utilizar local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do contrato, necessários à continuidade de execução do objeto;
- III. Reter créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados ao IFNMG – Campus Januária pela Contratada.
- IV. Outros direitos previstos na legislação correlata.

12. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – PUBLICAÇÃO

12.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

13. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – FORO

13.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária de Montes Claros - MG - Justiça Federal.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Januária – MG, 20 de fevereiro de 2015.

CONTRATANTE: IFNMG – Campus Januária
Representante legal: Cláudio Roberto Ferreira Mont'Alvão
CPF nº: 572.883.807-34

CONTRATADA: SK TECNOLOGIA LTDA.
Representante legal: Fabian Bonaldo Alves
CPF nº: 172.678.428-28

TESTEMUNHAS:

NOME:
CPF:

NOME:
CPF:

ANEXO I – CONTRATO 003/2015

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. **Aquisição de Equipamentos de Tecnologia da Informação (Equipamentos de Informática e similares)**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Descrição
19	<p>COMPUTADOR WORKSTATION PROCESSADOR COM NO MÍNIMO - 4 núcleos, 8 threads, clock 3.4 Ghz e memória cache de 8Mb, MEMÓRIA RAM MÍNIMO – 16 (dezesseis) GB DDR3 de 1600 Mhz ECC ou superior, instalada em 2X 8GB, com possibilidade de expansão para até 32 GB ECC.</p> <p>O GABINETE deve ser tool less, ou seja, não necessita de ferramenta para abertura e manutenção, pertencente a linha corporativa do fabricante.</p> <p>A BIOS deve pertencer a geração mais recente do fabricante, deve possuir interface em português e/ou inglês. CHIPSET da placa-mãe deve suportar velocidade do barramento de comunicação com o processador de no mínimo a velocidade de acordo com a especificação do processador ofertado. A placa-mãe deve oferecer no mínimo 1 (um) slot PCI, 1(um) slot PCIe X1 e 1 (um) slot PCIe X16. Possuir 4 (quatro) slots que suportem o padrão de memória DDR3 ECC de 1600mhz permitindo a expansão de até 32 GB, com suporte a Dual Channel. Possuir 1 (uma) porta Serial RS-232, sendo aceito o uso de adaptador. O Chipset deve suportar características de virtualização. O equipamento deverá ter a capacidade de ser gerenciado mesmo quando estiver fora da rede corporativa.</p> <p>ÁUDIO - Alto-falante externo e/ou Alto falantes internos, Estéreo.</p> <p>ARMAZENAMENTO: Controladora Serial ATA 6.0 Gb/s, AHCI versão 1.2 com suporte a RAID 0,1 e 5. Possuir uma unidade de no mínimo 1 TB instalada, interface Serial ATA 6.0 Gb/s, com velocidade de rotação mínima de 7200 RPM, buffer mínimo de 32 MB de cache. Deve possuir tecnologia SMART(self-monitoring, Analysis and Reporting Technology) - Unidade de DVD+/-RW; DVD-ROM. INTERFACES / USB 2.0 mínimo 6 (seis), Rede Ethernet BASE-T 10/100/1000 integrada (conector RJ-45), Conector de vídeo VGA de 15 pinos, Conector de vídeo DVI e displayport, possibilitando a ligação de até 3 monitores simultaneamente. Tomadas de áudio (uma saída, uma entrada de microfone estéreo).</p> <p>FONTE DE ALIMENTAÇÃO: Bivolt automática deve oferecer eficiência energética mínima de 85 %. Dever ter no mínimo 280W de potência (REAL), deve possuir tecnologia PFC ativo e ventiladores com velocidade de rotação variável, deve acompanhar cabo de alimentação. TECLADO: Padrão ABNT-2, conector USB sem utilização de adaptadores, deve manter o mesmo padrão de cores do restante do equipamento. MOUSE, do tipo óptico, resolução de no mínimo 400 DPI, o tipo de conexão deverá ser USB, sem utilização de adaptadores. Possuir dois botões de seleção e um botão de rolagem “scroll” deve manter os mesmos padrões de cores.</p> <p>SEGURANÇA - Deverá possuir local apropriado para trava de segurança (Trava de proteção para chassis). SISTEMA OPERACIONAL - Sistema Operacional pré-instalado Windows® 8.1 Professional original 64 bits em Português, ATUALIZADO, com todos os patches e Service Packs, acompanhado de mídia original, bem como</p>

todos os softwares e drivers para o perfeito funcionamento do equipamento ou uma versão mais recente do Windows. COMPATIBILIDADE - Deve constar na lista de hardware homologado pela Microsoft para Windows 7, 8, Vista, Xp e Linux.

GARANTIA E SUPORTE: Mínima de 5 anos com atendimento *on site*.

A empresa fabricante do equipamento deverá dispor de um número telefônico 0800 e sistema eletrônico para suporte técnico e abertura de chamados via web.

Todos os drives dos equipamentos devem estar disponíveis no site do fabricante.

Locais de entrega:

10 unidades em Januária – MG

20 unidades na Reitoria em Montes Claros – MG

2. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

2.1. O **prazo de entrega dos bens será de 60 (sessenta) dias corridos**, a contar da data de assinatura do contrato.

2.2. **Locais de entrega:**

Em Januária – MG: Fazenda São Geraldo, s/n, Estrada de Januária – km 06, bairro Bom Jardim – Januária – MG – CEP 39480-000.

Em Montes Claros – MG: Rua Gabriel Passos, nº259 – Centro – Montes Claros/MG.

2.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 15 (quinze) dias, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

2.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

2.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

2.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

3. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

3.1. São obrigações da Contratante:

3.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

- 3.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 3.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 3.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 3.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- 4.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
- 4.1.2. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando for o caso;
- 4.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 4.1.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 4.1.5. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 4.1.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 4.1.7. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- 4.1.8. Comprovar a origem dos bens, caso importados, e da quitação dos tributos de importação a eles referentes, que deve ser apresentada no momento da entrega do objeto, sob pena de rescisão contratual e multa.

5. DA SUBCONTRATAÇÃO

5.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

6. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

6.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

7. CONTROLE DA EXECUÇÃO

7.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

7.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

7.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.3. O representante da Administração anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

8. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- 8.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 8.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 8.1.3. Fraudar na execução do contrato;
- 8.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;
- 8.1.5. Cometer fraude fiscal;
- 8.1.6. Não mantiver a proposta.

8.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 8.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 8.2.2. Multa moratória de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

- 8.2.3. Multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 8.2.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 8.2.5. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos;
- 8.2.6. Impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- 8.2.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

8.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

- 8.3.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 8.3.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 8.3.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

8.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

8.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

8.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.